

Voluntariado Médico e Assistencial nas Santas Casas de Misericórdia Portuguesas, em seus primórdios

ZÉLIA SÁ V. CAMURÇA, PH.D.

As Misericórdias foram os principais centros de prática médica em Portugal e colônias, quando fundadas e instaladas sob a égide do Catolicismo e com a direta supervisão das Irmandades e Confrarias, a elas, Misericórdias, inerentes.

Este trabalho objetiva a análise documental etnohistórica a atestar a aprendizagem, o ensino médico e a residência hospitalar mediante prestação de serviços de voluntariado, ou de simbólica remuneração, nas Santas Casas de Misericórdia portuguesas, e Hospitais, em seus primórdios.

Luís de Pina, em seu trabalho *A Igreja na História da Medicina Portuguesa* (Pina, L. de, 1935: 138-162), apresenta um histórico detalhado da Medicina Medieval. Pina inicialmente analisa a importância da Medicina antiga, o advento do Cristianismo e o surgimento da Medicina Monástica. O autor até considera essa medicina monasterial como uma das características mais acentuadas do período medieval. Repassa as influências árabe e islâmica na Medicina em Portugal e no século IX com a fundação de Salerno e das Escolas Montpellier. Acredita ele ter sido aí introduzido o elemento científico leigo na Medicina. Com ênfase, entretanto, afirma ser nos mosteiros aonde se deva buscar as origens da assistência médico-hospitalar, pois ali existiam enfermarias mantidas por monges e dirigidas por eles próprios (Pina, L. de, 1935: 138-162).

Um levantamento e leitura de vários trabalhos escritos por padres e monges durante o período que vai do ano 500 ao século X se resume no seguinte: De Carlos Magno à Renascença, a Medicina foi poderosamente influenciada pela criação das Universidades, pela fundação de hospitais e pelo estabelecimento de Ordens religiosas.

A influência do Escolasticismo não pode ser deixada ao largo. Assim, os aspectos religiosos da Medicina desde tempos remotos até o fim do Escolasticismo (a "Scholastica"), devem ser vistos com o embasamento nessa escola do pensamento filosófico.

Não se pode esquecer a influência marcante do Grande Pedro Hispano e de Santo Isidoro de Sevilha. Nos séculos XII, XIII, e XIV foram decisivas a influência e a repercussão da síntese aristotélica, como também as das compilações medievais, coleções e enciclopédias do período medievalista.

Lado a lado ao trabalho religioso da influência médica e caritativa, é certo existir a medicina leiga altamente direcionada aos trabalhos e obras de Galeno, e de Avicena, ou seja, aos textos da medicina greco-árabe, mormente durante os séculos XII e XIII.

Se o ensino médico teórico era obtido à base de comentários aos textos acima mencionados, já a prática médica era obtida fora da Universidade – Universidade de Coimbra se pontificando junto à de Bolonha, Palermo e Salamanca, para citar algumas poucas da Europa continental de origem românica, e sem esquecer as Escolas Montpellier. Essa prática médica era obtida junto a um médico e assim, após o bacharelato, “os escolares procuravam... acompanhar os seus mestres nas visitas aos doentes ou entrar nos hospitais” (Gonçalves, Iria, 1965:79; Diepgen, P., vol. I, 1925: 213-214).

Ainda Luís de Pina associa a Medicina prática medieval ao período correspondente ao da nação portuguesa, o da Nacionalidade – até o fim do século XV – quando, diz ele, uma senhora cristã, D. Leonor, orientada por um devotado monge católico, o Frei Miguel Contreira – fundou o hospital caritativo da Confraria da Universidade (Pina, L. de, 1935: 152).

Grande parte das atividades médicas dos tempos medievais aconteciam em hospitais particulares, em hospitais dos mosteiros e naqueles instalados junto às Ordens militares e religiosas, e às Congregações. Assim, a fundação de hospitais, e, citando “albergarias, hospícios, pousadas”, etc. para pobres peregrinos e doentes deve-se, de maneira geral, às ordens religiosas (Pina, L. de, 1935: 153).

Os Mosteiros podem ser considerados como um marco no movimento da medicina eclesiástica e é por esse meio que se pode atribuir total crédito às influências dos ideais cristãos e ao papel da devoção e caridade na história da Medicina portuguesa – através dos hospitais, albergarias e leprosários (gafarias).

Luís de Pina cita N. Hallé, *Elements de Philosophie Médicale*, 1926:

Au moyen age, la loi de charité chrétienne a fait les “hopitaux” et les hopitaux on fait les ordres hospitaliers: L’assistance publique chrétienne était née. (Hallé, N., 1926: 153).

A criação e a influência da Universidade de Coimbra no século XII junto aos trabalhos académicos portugueses, franceses e italianos sobre Medicina e ciências afins foram, sem dúvida, o núcleo irradiador para a prática hospitalar. Ao contrário de Teófilo Braga, Luís de Pina dá total crédito à organização eclesiástica da universidade portuguesa (Pina, L. de, 1935: 156).

Aqui convém notar e valorizar a documentação manuscrita em existência na Library of Congress, em Washington, D.C. Sobre o assunto "História da Medicina e da Farmácia" existem, num lote, cerca de 200 itens, incluindo livros de anotações e miscelâneas à disposição do hábil pesquisador. Nesta listagem se incluem cópias de decretos, ordenamentos reais concernentes à fundação da Universidade de Coimbra; o treinamento e o licenciamento de médicos; o uso de ervas e utilização de minerais e outros produtos farmacêuticos, muitos dos documentos com as devidas citações das cartas e decretos régios (Kahler, M. E., ed., 1980: 65).

Outrossim, e na mesma Biblioteca do Congresso, existe o manuscrito intitulado Regimento dos Médicos e Boticários Christãos Velhos que anda junto aos Estatutos da Universidade de Coimbra. Confirmados por El Rey D. João IV em 1653, Coimbra. Officina de Tomé Carvalho, Impressor da Universidade, 1654. 17 páginas". O manuscrito começa por dizer, citando, "que El Rey Dom Sebastião... ordenou que para o bem comum destes reinos houvesse sempre na Universidade de Coimbra trinta estudantes Christãos velhos. (Kahler, M. E., ed., 1980: 129). Nessa coleção manuscrita há um excerto das Ordenações Filipinas, publicadas em 1603, e em referência aos *boticários*.

E então, como era formado um estudante de Medicina em Coimbra, a célebre universidade? – *Em Velhas Páginas Universitárias*, de A. da Rocha Brito, encontra-se um relato assaz minucioso da vida cotidiana de um estudante de Medicina, já no século XVI, o que não deveria divergir em demasia daqueles dias primeiros da Universidade, se cabendo aqui a hipotética tradicionalidade então dominante. Trata-se da vida estudantil de Lourenço Vieira (com o mesmo sobrenome paterno da autora deste trabalho, coincidentemente).

Em 4 anos Lourenço Vieira alcançou o Bacharelato, ou em 4 "cursos" como eram chamados aqueles teóricos abrangendo leituras. Sob o curso nº 1, o "Peri Hermenias" de Aristóteles; sob o curso nº 2, os primeiros seis livros de Física de Aristóteles; no curso nº 3, o "De Coelo" e o "Parva Naturalia de Aristóteles, e sob o nº 4, "De Generatione. De Anima". (Brito, A. da R., 1963: 370).

Após esses quatro anos de estudos, Lourenço Vieira se graduou em Bacharel em Artes e assim estava apto a se matricular em Medicina. O seu 1º ano de Medicina ocorreu em 1546. O programa de estudos e 'practicum' se desenrolava ao longo dos seis anos requeridos para a graduação. Abrangia as seguintes seqüências, que tanto podia ser "Cadeira de Prima" ou "Cadeira de Véspera" ou "Cadeira de Terça" e assim designadas porque eram lecionadas pela manhã bem cedo, ou à tarde. Havia, igualmente, a parafernália de assuntos ministrados na "Catedrilha Menor", que envolvia os livros "de Tegbi" e o "de Locis Affectis", ambos de Galeno, com comentários e glossários lidos em Latim pelo período de uma hora e meia.

Já a "Catedrilha Maior" ou "de Crisibus" era lecionada pelo médico doutor Francisco Franco que lia e explicava livros de Galeno, o "de Crisibus" e o "de Diebus Critucis". Do árabe Avicena eram lecionados os "Fen prima quarti" e o "Quarta primi" do "Cânon", sempre do árabe Avicena.

Na "Catedrilha Menor" ou "de Método", Lourenço Vieira aprendia o "de Methodo Medendi" e o "de Sanguinis Missionem" cujo professor era o Doutor Cosme Lopes Neto. Cada curso (ou disciplina, na atual taxonomia brasileira, disciplina de grade curricular) tinha a duração de oito meses. Se o professor lia um livro, ele era denominado "lente" (do latim "legens, legentis"). Após o que, o professor, o lente, comentava o assunto do livro (Brito, A. da R., 1962: 372).

No seu segundo ano de Medicina, Lourenço Vieira freqüentava Cadeira de Prima, Cadeira de Véspera, Cadeira de Terça, Catedrilha Maior, Catedrilha Menor, intercalando Aristóteles e Galeno. No 3º ano, Cadeira de Prima, Cadeira de Véspera – que envolvia Rhazés e aulas práticas – ; Cadeira de Terça, Catedrilha Menor.

No seu 4º ano, Lourenço via "De Morbe et Symptemate" na Cadeira de Prima, além das Cadeiras de Véspera e de Terça, Catedrilhas Maior e Menor, sendo que nesta última ele estudava "De Arte Curativa ad Glauconem". No 5º ano, nas mesmas cadeiras, Lourenço aprendia os diferentes tipos de febre; epidemias e prognósticos; purgativos, entre outros assuntos.

Lourenço teve a sua prática médica desde o 3º ano e lá, no Hospital Real, ele assimilava conhecimentos de Clínica Médica mediante observação, diagnose, prognose e terapêutica. Havia a obrigatoriedade de participar das "anatomias" ou necropsse em cadáveres humanos. Nos exames "post-mortem" ou óbito, o texto indicado era o de Galeno "De Usu Partium" (Brito, A. de R., 1962: 373-375).

As leituras eram tantas! E uma das obrigações de Lourenço era a aquisição dos livros-texto, certificando-se a ele mesmo pertencerem, e não obtidos por empréstimo (Brito, A. da R., 1962: 376). Nem sombras de dúvidas: a frequência às aulas era obrigatória. Sem esquecer de lembrar que, do 1º ao 2º ano académicos, Lourenço Vieira era obrigado, ou forçado a provar que frequentava o curso, prova essa obtida mediante testemunho por meio de “juramento aos Evangelhos”, e assim feito por dois de seus colegas (Brito, A. da R., 1962: 372).

Pobre Lourenço Vieira estudante. Quanto esforço. Ao longo de sua vida escolar, suas notas eram “Nemine discrepante”, ou seja, aprovado sem qualquer R ou RR, noutras palavras, sem reprovação. Não lhe era permitido receber um só “Reprovado” no seu histórico escolar. E assim, Lourenço Vieira se graduou com a seguinte ordem de titulação: “Bacharel Corrente”, “Bacharel Formado”, “Exame Privado” e “Acto de Licenciado” (Brito, A. de R., 1962: 380-388).

Com mais pompas e mais exames, gastos pessoais e ansiedades, o médico estava apto a servir, mediante a outorga de grau. Lourenço Vieira não concorreu ao professorado (Brito, A. de R., 1962: 393) de imediato, mas é sabido que a sua prática clínica na escola era considerada tanto mais útil do que as lições teóricas (Brito, A. de R., 1962: 377) e mais “o 6º ano, o tal da Prática (na linguagem atual, o do Estágio [e hoje, no Brasil, residência médica]”. Enquanto Bacharel Formado, o jovem médico “se pensionista, isto é, subsidiado, é obrigado a ver e tratar de graça os estudantes pobres...” (Brito, A. da R., 1962: 382). Assim, a assistência médica voluntária e/ou por interesse profissionalizante se iniciava sob a orientação de algum Físico-Mor (Brito, A. da R., 1962: 382).

E para onde se encaminhava, ou era aproveitado o recém-formado em Medicina? – Inicialmente ao serviço voluntário, ou simbolicamente gratificado dos físicos e cirurgiões. Segundo documento de D. Afonso V, “a arte de medicina [deve] ser praticada e husada por aquelles que aprenderon E en ella som bem instrutos e sofiçiantes” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chanc. de D. Afonso V., liv. 36, fl. 183).

Iria Gonçalves condensa o assunto afirmando que “durante toda a Idade Média existiam em Portugal... clínicas de formação escolar, obtida nas escolas médicas – de que Salerno e Montpellier são exemplos marcantes –, e, mais tarde, nas Universidades”, e lembra que desde 1239 os regulamentos consideravam o exame universitário a condição necessária para o exercício da profissão médica, prescrevendo, também um estágio de seis meses (Gonçalves, Iria, 1965: 71).

O registro de cartas de cirurgia e de "física", as chamadas "cartas de exames" de físicos e cirurgiões quatrocentistas era o que de mais avançado havia, em termos de credenciamento. Analisados tais certificados, em número de 296, os coletados por Iria Gonçalves, é curioso sobressair o caso de uma única mulher, Isabel Martins, de Monte-Mor-o-Velho, a ser examinada em cirurgia, aliás o único caso de que se tem notícia no século XV. Mais curioso ainda é a notícia da aprovação, mediante as "cartas de exame" de um "iletrado" (Gonçalves, Iria, 1965: 77, 81, 86).

Algumas dessas cartas foram concedidas a pedido de abades e de conventos por ser necessário um cirurgião para o mosteiro. Por outras vezes, eram fidalgos os peticionários; e noutras, os exames e as cartas eram concedidas a pedido dos juizes, vereadores, procuradores e homens bons, ou seja, "a pedido do concelho e homens bons de algumas cidades" (Gonçalves, Iria, 1965: 107-111, 111n).

O assunto comportaria a análise documental detalhada dos locais onde a prática médica era exercida, mas tudo indica que, se nos 1^{os} séculos medievais isso acontecia nos mosteiros e hospitais ligados aos mosteiros, mais ao findar a Idade Média, na península ibérica, o treinamento se realizava nas enfermarias das Santas Casas de Misericórdia, dentre elas, a primeira, de Lisboa, 1498. Vale, pois, a advertência de Russell-Wood, o historiador da Santa Casa de Misericórdia da Bahia nos seus primórdios; "a história da Misericórdia somente é compreensível a partir do pano de fundo da história mais antiga da assistência caritativa na Europa" (Russell-Wood, A.J.R., 1981:1).

Da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa emanaram todas as demais do Reino de Portugal. O primeiro Compromisso da Santa Irmandade da Misericórdia de Lisboa foi impresso em 1516 por ordem de Dom Manuel, onde se lê na Introdução que "Deus inspirou os corações de alguns bons e fieis cristãos para ordenarem uma irmandade e confraria sob o título, nome e invocação de Nossa Senhora Madre de Deus, Virgem Maria da Misericórdia... a qual confraria... foi instituída por compromisso e consentimento e mandado da Rainha D. Leonor". A Dom Manuel coube tomar a irmandade sob a sua imediata proteção. Uma espécie de circular foi expedida às cidades e vilas na qual se recomendava a fundação de estabelecimentos iguais. Na carta dirigida à cidade e ao bispo do Porto, Dom Manuel insiste em afirmar que a fundação da Misericórdia naquela cidade não seria apenas a serviço de Deus (Verbe Misericórdia in Verbo, s.d., 13^o v.: 891).

E assim expandiu-se o sistema das Misericórdias. A misericórdia de Porto começou em 1499, a de Évora ao final do mesmo ano, a

de Coimbra em 1500. E daí as estatísticas afirmarem que, em 1958, havia 376 Misericórdias em Portugal, 10 no Ultramar, e no Brasil, cerca de 140 (Verbetes Misericórdia in Verbo, 13^o v., s.d.: 891).

Fala-se aqui de Misericórdias, de Irmandades, de Compromissos, de Confrarias, de Hospitais. Convém, talvez, esclarecer essa minitaxonomia, nem sempre bem compreendida aos estudiosos de hoje não versados no assunto.

É na obra rara de Raphael Bluteau, o *Vocabulário Português e Latino...*, oferecido a El Rey de Portugal D. João V, publicado no Collegio das Artes da Companhia de Jesus no ano de 1712-13 que se pode debruçar, sem risco, em verbetes de tamanha significação temporal, pois o conhecimento arqueológico das palavras e coisas é fundamental ao entendimento das idéias cristãs e médicas, aqui em foco, e voltado ao período medieval. Três verbetes são fundamentais e quais sejam, Irmandade, Confraria, Hospital.

Por “Irmandade” Raphael Bluteau entende, e aqui transcrito em português atual, a

União & amor de irmãos ou de pessoas tão amigas como irmãos... Sociedade de pessoas, que em virtude de um compromisso e debaixo da invocação de algum Santo se obrigam a fazer alguns exercícios espirituais. (Bluteau, R., v. IV, 1713: 200).

Já por “Confraria” se entende o ajuntamento de várias pessoas para exercícios espirituais, e por “confrade” aquele que pertence à mesma confraria que outro, sempre com vistas à prática de exercícios espirituais: “El Rey D. Sebastião acompanhava como “confrade” o Santíssimo Sacramento aos enfermos”. (Bluteau, R., v. II, 1712: 535-540)

Para efeitos deste estudo, uma busca de taxonomia nos idos do século XVI adquire relevância. O verbete “Hospital” é longo, abrangendo as origens mais antanhas. Consubstancia o elo constante existente entre Hospitais e Igrejas, seja em Portugal, na França, ou em Constantinopla. Verbetes imenso, detalhado, a configurar claramente os liames da caridade com a prática médica. Hospital é sempre um lugar público onde o povo pobre é curado. Hospital, lugar público em que se curam os pobres “tão unido anda com o culto Divino o amor do próximo”. Assim, e citando mediante transcrição ortográfica atual.

Hospital. lugar público em que se curam doentes pobres... Hospital de peregrinos, ou estrangeiro... hospital em que se agazalham e se sustentam pobres... (Bluteau, R., IV, 1713: 64-65).

Saliente-se que “compromisso é a terminologia aplicada às leis que regem a ação e o comportamento dos membros de uma Irmandade e/ou Confraria”.

Os pobres da Idade Média nas Misericórdias e os cuidados médicos merecidos são objeto de vasta documentação no que tange a doenças e sintomas. Embora assunto a merecer especial consideração, a documentação neste lado do Atlântico é escassa, quantitativamente aquilatada. Alguns documentos se impõem pela grandeza do seu teor. O volume comemorativo da Restauração de 1640 em Portugal no Distrito de Bragança, organizado por Francisco Manuel Alves traz o documento nº 18 e testifica o cuidado médico dado aos pobres da Misericórdia de Bragança.

Um documento datado de 4 de Abril de 1582 sob o título "Médico Municipal, 1570-1582" dá conta de uma "escritura de contrato" com o médico Dr. Fernão Rodrigues para, entre outros afazeres, o de visitar e curar de graça os pobres da Misericórdia e os mais pobres da cidade, contrato este autorizado pelo Duque de Bragança (Mss. Antigos, liv. 5, fl. 84, também nota de rodapé das páginas 163 e 171). Este é um documento de preciosidade impar.

Um outro Alvará do Duque de Bragança e datado de 16 de Janeiro de 1570 autoriza a Câmara da cidade de Bragança a aumentar ou conceder salário ao Doutor Afonso de Valença "por se querer ir embora em razão de lhe darem pouco visto ser muito bom físico e experimentado e lhes ter conhecido as compreensões e saber como os avia de curar coando lhe sucedessem enfermidades" (Mss. Antigos, livro 5, fl. 94).

No mesmo códice, folio 100, há outra carta do Duque de Bragança datada de 25 de Agosto de 1575 referente ao mesmo médico, e do licenciado Heitor da Costa, ambos a serviço da Misericórdia de Bragança.

Outros e mais outros documentos parte desse conjunto de manuscritos antigos e dos de corporações de ofício são vinculados à estrutura e à doutrina cristã. Sem esquecer que o estudo da ordem das procissões e das corporações poderia detectar o ideário religioso que mantinha vivos os portugueses, dirigia e mantinha vivos sentimentos da mais profunda religiosidade aliada à solidariedade humana (Alves, F. M., org., 1941, doc. nº 8 de "Manuscritos Antigos", 5, fol. 51).

Uma das mais fortes expressões de solidariedade humana dos portugueses, quiçá a mais convincente, se apresenta na forma dos Compromissos.

Compromisso, ou estatuto, era geralmente composto de uma Introdução e de capítulos onde eram delineados os deveres e obras de caridade, tanto espirituais quanto corporais, os quais eram segui-

dos por todos os membros da Irmandade, além de determinar as diretrizes organizacionais e constituição sócio-estrutural dos membros. São os Compromissos a expressão mais autêntica de estrutura social administrativa a regular, regulamentar e delegar atividades a envolver solidariedade humana e amor ao próximo, voluntariado consciente, filantropia convincente.

Embora o compromisso original de Lisboa tenha se extraviado, é possível reconstituir as idéias dos Compromissos mais antigos, como o de Évora e do Porto e correlacioná-los com o primeiro compromisso de Lisboa, impresso em 1516. Todas as filiais de Misericórdias em Portugal, e de um modo geral, as localizadas no Ultramar e Brasil seguiam a concepção original. Assim, no 1º compromisso impresso por ordem de D. Manuel, lê-se na introdução que “Deus inspirou os corações de alguns bons e fiéis cristãos para ordenarem uma irmandade e confraria” (Verbo, s.d.: 891).

As obras de caridade espirituais se resumiam a sete: i) ensinar os ignorantes; ii) dar bom conselho; iii) punir os transgressores com compreensão; iv) consolar os infelizes; v) perdoar as injúrias recebidas; vi) suportar as deficiências do próximo; e vii) orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Mais sensíveis aos ideais das Misericórdias eram as corporais: i) resgatar cativos e visitar prisioneiros; ii) tratar dos doentes; iii) vestir os nus; iv) alimentar aos famintos; v) dar de beber aos sedentos; vi) abrigar os viajantes e os pobres; e vii) sepultar os mortos (Russell-Wood, A. J. R., 1981: 14-15).

Assim se resumiam, na prática, as obras de Misericórdias. “No ensinar os simples”, as Misericórdias cuidam da criação e educação dos expostos. Se no princípio tal encargo era da alçada municipal, posteriormente as Misericórdias se encarregaram de tal obrigação, chegando mesmo a fundar escolas. Haja vista uma Escola de Bordoado na Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, no século XVIII (Ribeiro, Victor, 1914: 1-30). “Castigar os que erram” significava recolher vadios, ordenar-lhes trabalho e castigar os mal acostumados, tal como delineado por carta regia. “Consolar os tristes”: as Misericórdias desenvolvem tal preceito por meio de visitas domiciliares, visitação a cadeias e hospitais, e acompanhando os condenados à força quando nos primórdios das Misericórdias. “Curar os enfermos” se enquadra na atividade-mor das Misericórdias. Inicialmente os doentes eram tratados e curados em suas casas, mas a fundação de hospitais proporcionou o mais característico dos Compromissos numa função que, por muito tempo, era quase exclusiva das Misericórdias. Essa função ofusca muitas outras ainda hoje em vigor, como soe ser o “conso-

lar os tristes” e ensinar os simples”, nos hospitais psiquiátricos; “enterrar os mortos”, através da fundação de cemitérios e manutenção aos mesmos. Para isso valem as regras, ou compromisso de “enterrar os mortos”, e “rogar a Deus pelos vivos e defuntos”.

São esses princípios os que até hoje regem as Misericórdias: o da harmônica convivência humana, o de assumir com grandeza uma competência social, o de provocar polêmica e indagação acerca de um sistema de voluntariado médico e assistencial, o de direcionar estudos com vistas à uma solução humana e pública de servir ao outro através da educação e da saúde – as pilastras essenciais, mas ofuscadas por uma sociedade carcomida pelo individualismo, estragada pela volúpia extremada, sucumbida pela ausência de empatia para com o pobre e o marginalizado.

Cotidianizar o fato histórico, a realidade social, trazê-los à tona a fim de submetê-los a uma dissecação atual do ver e do olhar; ver nascer uma nova clínica baixo a perscrutação – o arqueológico perscrutar – e o auscultar médicos, tal qual um novo Michel Foucault, em *Naissance de la Clinique. Une Archéologie du Regard Medical* (1963), esta é a tarefa que se nos impõem os dias atuais.

Ver e saber espaços, ver e saber a lição dos hospitais e de cadáveres, ver e saber o invisível visível da verdadeira consciência política de uma “justiça política” (Hoffe, O., 1991). Pôr-se igualmente, diante de si próprio, numa ética do cuidado do eu, do ser, como uma prática da liberdade (Bérnauer, J. e Rasmussen, D., eds., 1988: 1-20), e no pensamento do arqueólogo do saber médico e existencial.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias e Secundárias

ALVES, Francisco Manuel (org.). A Restauração de 1640 no Distrito de Bragança, In: ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA. *Anais Ciclo da Restauração de Portugal*. Tomo III (Publicações comemorativas do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal). Lisboa: [Editorial Ática], [1941]. p. 348.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO. Chanc. de D. Afonso V, liv. 36, fl. 183. Prólogo de uma carta de medicina, passada em favor de Antão Martins, residente em Lisboa. In: GONÇALVES, Iria. *Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame*. In: INSTITUTO DE ALTA CULTURA. *Do Tempo e da História*.

- I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1965. p. 69-111.
- AZEVEDO, Pedro A. D. Os Escravos. *In: Archivo Histórico Portuguez*. vol. I. nº. 9. Setembro de 1903. Lisboa s. ed., 1903. p. 289-307.
- BERNAUER, James and Rasmussen, David. *The Final Foucault*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1988.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino, Áulico, Anatômico, Architectônico, Bélico, Botânico* (etc)... autorizado com exemplos dos melhores escritores Portugueses e Latinos, e oferecido a El-Rey de Portugal D. João V... Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1713.
- BRITO, A. da Rocha. Velhas Páginas Universitárias. *In: COIMBRA, UNIVERSIDADE. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. vol. XXV. Coimbra: Publicações da Biblioteca Geral da Universidade, 1962.
- CAMURÇA, Zélia Sá V. *Catholic Ideals in Education through the Study of Portuguese Lay Brotherhoods: an Annotated Bibliography*. Philadelphia: University of Pennsylvania, Graduate School of Education, 1976. typed.
- _____. *The Medieval Portuguese University of Coimbra-Lisboa in some of its International Aspects and Contributions*. Philadelphia: University of Pennsylvania, Graduate School of Education, 1975. p. 86. typed.
- CORREIA, F. da Silva. *Estudos sobre a História da Assistência. Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas*. Lisboa: s. ed., 1944.
- DIEPGEN, Paul. *Historia de la Medicina*. vol. I, Edad Antigua y Edad Media. Barcelona-Buenos Aires, s. ed., 1925.
- FOCUS. ENCICLOPÉDIA INTERNACIONAL. vol. III. Verbete Medicina, Faculdade de Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977. p. 442.
- _____. Verbete Misericórdia. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *Naissance de la Clinique. Une Archéologie du Regard Medical*. Paris-Presses Universitaires de France, 1963.
- _____. *O Nascimento da Clinica*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

- GONÇALVES, Iria. Físicos e Cirurgiões Quatrocentistas. As Cartas de Exame. In: INSTITUTO DE ALTA CULTURA. *Do Tempo e da História I*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1965. p. 69-112.
- HOFFE, Otfried. *Justiça Política. Fundamentação de uma Filosofia Crítica do Direito e do Estado*, Petrópolis: Vozes, 1991.
- KAHLER, Mary Ellis (ed.). *The Portuguese Manuscripts collection of the Library of Congress. A Guide*. Washington. D.C.: Library of Congress. 1980.
- LEMO, Maximiano, *Historia da Medicina em Portugal. Doutrinas e Instituições*. 2 vols. Lisboa: s. ed., 1899.
- LUSITANO, Amato. Centúrias de curas Mediciniais. IV e V Centúrias. *Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical* (serie de monografias, nº 1, do Centro de Estudos de História da Medicina Tropical Portuguesa) Lisboa: Instituto de Higiene e Medicina Tropical, 1980.
- MADAHI, Antônio Gomes da Rocha (org.). *Colectanea de Documentos Históricos I*. 959-1516. Milênio de Aveiro. Aveiro: Edição da Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: s. ed., 1964.
- _____. *Guia do Estudante de Historia Medieval Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, [1964].
- PINA, Luís de. A Igreja na Historia da Medicina Portuguesa. In: *Arquivo Histórico de Portugal*. vol. II, Fasc. 4. Lisboa: s. ed., 1935. p. 138-162.
- RIBEIRO, Victor. Artes e Indústrias em Portugal no século XVIII. Uma Escola de Bordados. Um Tapeceiro Português. In: *Arquivo Histórico Português*. vol. IX; Lisboa: A. Braamcamp Freire, ed., 1914. p. 1-30.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História Geral da Medicina Brasileira. I*. São Paulo: HUCITEC. Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

SARAIVA, José da Cunha. A Capela da Misericórdia na Sé de Lisboa. *In: Arquivo Histórico de Portugal*. vol 1. Fasc. 7., 1934. Lisboa: Arquivo Histórico de Portugal, 1932-1934.

SERRÃO, José. Cronologia Geral da História de Portugal. (2ª ed.). Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1973.

VERBO ENCICLOPÉDIA LUSO-BRASILEIRA DE CULTURA. 13º vol. Verbetes Misericórdia. Lisboa: Editorial Verbo, s. d.

VERGER, Jacques. *As Universidades na Idade Média*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.